



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.459, DE 2017 **(Do Sr. Thiago Peixoto)**

Inclui o parágrafo segundo e o parágrafo terceiro no art. 736 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2012.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-8074/2014. ESCLAREÇO, POR OPORTUNO, QUE EM DECORRÊNCIA DESTA APENSAÇÃO A CCJC DEVERÁ SE MANIFESTAR QUANTO AO MÉRITO DA MATÉRIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta os Parágrafos 2º e 3º, ao artigo 736 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2012.

Art. 2º O artigo 736 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido dos Parágrafos 2º e 3º, com a seguinte redação:

“Art. 736.

.....
.....

§1º.....
.....

§2º *O eventual compartilhamento de custos de deslocamento, não configura vantagem indireta.*

§3º *A organização do compartilhamento de custos de deslocamento pode se dar por meio eletrônico e aplicativos digitais.” (NR)*

Art. 3º Em razão da adição dos parágrafos acima, o atual parágrafo único do artigo 736 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2012, é remunerado como §1º.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Um dos grandes problemas comuns das cidades é o trânsito e os congestionamentos. Em tempos de economia digital e colaborativa, uma alternativa para combater esse problema é o compartilhamento de custos de deslocamento.

Entretanto, para incentivar esse tipo de iniciativa é necessário que se elimine qualquer insegurança jurídica, é necessário um texto legal claro que proteja os usuários e aqueles que

É com foco no usuário e em garantir o direito pleno e irrestrito de acesso à internet pela população que apresento o presente projeto.

Isso posto, por ser a medida necessária e atender os anseios sociais, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2017.

Deputado Thiago Peixoto
PSD/GO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO I
DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

.....

TÍTULO VI
DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

.....

CAPÍTULO XIV
DO TRANSPORTE

.....

Seção II
Do Transporte de Pessoas

.....

Art. 736. Não se subordina às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.

Parágrafo único. Não se considera gratuito o transporte quando, embora feito sem remuneração, o transportador auferir vantagens indiretas.

Art. 737. O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO